



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 1010902-54.2018.8.26.0037
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito
Requerente: Fabricio Gonçalves de Lima
Requerido: Juliana Manzoni dos Santos e outro

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos causados em acidente de trânsito.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas, de modo a velar pela razoável duração do processo (art. 5º da Lei nº 9099/95 e arts. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

As partes não divergem acerca da dinâmica do acidente, restando incontroverso que o veículo do autor estava estacionado quando o automóvel, de propriedade do primeiro réu, conduzido pela segunda requerida o atingiu. Não pendendo controvérsia sobre o fato, justifica-se, assim, a imediata solução da lide.

Contudo, os réus afirmam que o autor não faz jus ao ressarcimento dos danos materiais causados pela colisão, pois alegam que ele não desembolsou a quantia exigida pelo conserto, tendo em vista que o seguro contratado pelo requerente foi o responsável pelo pagamento dos reparos, os quais ficaram no importe de R\$5.666,64. Juntaram comprovação em tal sentido (pág. 42).

Os requeridos argumentam que a seguradora suportou os prejuízos decorrentes do acidente, sub-rogando-se no direito de pleitear o reembolso dos valores.

Por fim, sustentam que, no caso de condenação, pagariam duas vezes pelo conserto, para o autor e para a seguradora. E têm razão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Em réplica, o autor admite que acionou a seguradora para reparo no veículo e desembolsou o valor correspondente à franquia, mas que não houve o reembolso de tal quantia, entendendo que deve ser ressarcido do valor apontando no orçamento de menor valor.

Com efeito, o autor não pode pleitear o ressarcimento de quantia que não desembolsou, restando incontroverso que a seguradora já pagou pelos reparos no veículos.

O acidente de trânsito ocorreu em 27.02.2018, a carta recebida pelos requeridos data de 15.05.2018 (pág. 42) e o ajuizamento da demanda foi em 10.09.2018, logo, **ao propor a ação o requerente já havia consertado o veículo**, cujo pagamento ficou sob o encargo da seguradora, e pago a franquia.

Nesse sentido, o único ressarcimento que o autor poderia pretender seria o valor comprovadamente despendido para pagamento da franquia e não a quantia correspondente ao orçamento de menor valor para reparo no bem, o qual já havia sido feito. Mas não é esse o pedido. Mesmo na réplica, quando vem afirmar fazer jus ao valor, não indicou qual é ele.

Na petição inicial, consta que "terá o **requerente** que despende **NO MÍNIMO o montante de R\$5.226,15 (...)**", dando a entender que ainda não tinha consertado o veículo e que ele que teria que desembolsar tal quantia, quando, na verdade, já havia reparado o automóvel e quitado apenas o valor da franquia.

É vedado ao autor pretender o recebimento de quantia paga pela seguradora, a qual se sub-rogou no direito de exigir o pagamento, conforme art. 349 do Código Civil: "A sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores".

Com a sub-rogação ocorre a substituição do credor perante o devedor, que não pode sofrer a exigência do pagamento por duas vezes.

Assim, o pedido do autor não pode ser acolhido, por não ser o credor da dívida.

Oportuno consignar que o valor pretendido não poderia ser aceito, tendo em vista que o autor inseriu a cobrança de juros desde o fato de forma indevida, pois se contarão apenas a partir da citação. Não há motivo para afastar referido termo inicial dos juros, pois ali ocorre a constituição em mora (art. 240, caput do Código de Processo Civil).

Por fim, há hipótese para o reconhecimento de litigância de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

má-fé do requerente. Vê-se que o relato inicial do autor não tem amparo na realidade trazida com a prova.

No exercício de sua pretensão, praticou infração aos deveres de lealdade. Nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil, alterou a verdade dos fatos (inciso II).

O direito se exercita através da linguagem e é através dela que se revela o comportamento das partes em juízo, diante da necessária expressão das partes perante o juiz. Assim, a má-fé processual tem como um dos seus substratos o modo como a parte se manifesta e se comunica com o juízo. Exige-se assim que o conteúdo das manifestações seja lícito. Não se permite que a manifestação traga intenção e propósito de locupletamento, ou ainda de beneficiar-se ou de dificultar, retardar e prejudicar (Stoco, Rui. Abuso de direito e má-fé processual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 86 e 87).

Tendo em vista a disposição do art. 81 do Código de Processo Civil, há uma multa que deve variar entre mais de 1% e menos de 10% sobre o valor da causa, além da indenização a ser verificada.

Fixa-se a multa em 5%, considerando tanto o comportamento quanto o valor da causa, sobre o qual incide a multa. Para a indenização complementar, à ausência de outros elementos, emprega-se igual percentual.

Neste caso é cabível também a imposição de sucumbência. É a regra do art. 55, primeira parte, da Lei nº 9.099/95 ("A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé."). Ou seja, a imposição das penas é cumulativa com as verbas afetas à sucumbência, que passam a ser devidas na hipótese de reconhecimento da litigância de má-fé.

É o que consta, também, do Enunciado Fonaje nº 136: "O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil"

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão. Reconhecendo a prática da litigância de má-fé, responderá o autor pelas custas e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa e pelo pagamento de multa de 5% e de indenização de 5%, ambas sobre o valor atribuído à causa, com correção monetária pela tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

desde a propositura; as verbas são revertidas aos réus.

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 07 de dezembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006